



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **9 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 12 de janeiro de 2013

O ESTADO DE SÃO PAULO A indústria sofre o peso da política de encargos sociais.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Dilma faz novas reuniões com líderes empresariais	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Barbosa rejeita pedido de prisão de Natan Donadon.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Dilma busca empresários para reativar economia	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Emprego na indústria fica estável em novembro, mas salário avança 7,8% com 1ª parcela do 13º.....	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
G-1 Produtores rurais realizam protesto por melhorias em estrada, no AM	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
EXPORT NEWS Plano Nacional da Cultura Exportadora conquista resultados positivos	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
TELETIME Telebras e Suframa firmam parceria para Copa e PNBL	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
MT CENÁRIO Senado vai votar MP que transforma a Telebras em prestadora oficial de serviços de telecomunicações na Copa.....	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO A indústria sofre o peso da política de encargos sociais		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O valor da folha de pagamentos numa indústria é em função do número de pessoal ocupado e do número de horas efetivamente pagas. Mas o valor dos salários pode elevar consideravelmente o valor da folha, o que aconteceu em novembro do ano passado. Naquele mês, o número do pessoal ocupado caiu 1%, em razão do recuo da **produção** industrial, e o número de horas pagas teve queda de 0,2% (o que reflete um ligeiro aumento da produtividade), mas a folha de pagamentos real aumentou 11,3%, anulando, assim, qualquer ganho de produtividade.

O mês de novembro foi atípico: além de pagar as indenizações ao pessoal que perdeu o emprego, houve o pagamento do 13º salário e, em alguns setores, de um 14º salário, em razão dos dissídios.

É a décima quarta vez consecutiva que o número de assalariados recua, um sinal da situação difícil da indústria, que não consegue, manter o emprego. Este caiu 14% no acumulado do ano, enquanto o número de horas pagas caiu 1,9%. A folha de salários real, no entanto, no acumulado do ano, apresentou crescimento de 3,9%, o que parece se explicar pelas dificuldades em contratar pessoal qualificado.

De fato, dos 19 setores da indústria, 14 apresentaram uma queda de **produção** maior do que a do nível de emprego. Fica claro que a indústria faz todos os esforços para manter o seu pessoal, na esperança de uma retomada da atividade, que se verificou apenas em outubro e não se prolongou. Registram-se algumas exceções, como no setor de

material de transporte, de máquinas e equipamentos, de refino de petróleo e da **produção** de álcool, em que o pessoal empregado baixou menos do que a **produção**.

O que fica evidenciado no levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre emprego e salário é que uma parte da falta de competitividade da indústria brasileira está no excesso de encargos sobre os salários, especialmente nos setores que ocupam mão de obra intensivamente. Nesses casos, algumas medidas tomadas pelo governo para aliviar os encargos sobre os salários foram positivas, mas certamente insuficientes.

Atualmente, os países da União Europeia que enfrentam recessão são geralmente os que têm uma política de encargos mais protecionista e estão condenados, neste momento, ao que é pior: o desemprego. A produtividade na indústria depende essencialmente de equipamentos mais modernos, mas a competitividade depende de uma revisão da política de encargos, cujo custo - o desemprego - é muito elevado para o Brasil.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma faz novas reuniões com líderes empresariais		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para tentar evitar repetição de um PIB fraco este ano, presidente abre diálogo com vários setores e ouve sugestões e queixas em relação à economia

Tânia Monteiro

Rafael Moraes Moura

BRASÍLIA

Disposta a evitar que neste ano volte a ocorrer um fraco crescimento econômico do País, com repetição do "**PIB**inho" de 2012, a presidente Dilma Rousseff promoveu ontem uma segunda rodada de conversas com empresários de diversos setores, para ouvir sugestões de como destravar o País e permitir a recuperação da economia.

Depois dos encontros, a presidente se reuniu com o ministro interino da Fazenda, Nelson Barbosa, um dos seus interlocutores econômicos, e, em seguida, com Bernardo Figueiredo, presidente da Empresa Brasileira de Planejamento e Logística.

A ideia era começar a repassar a eles as queixas e impressões ouvidas dos empresários, para acelerar os processos de destravamento da economia. Dilma avisou que quer começar a se reunir com ministros de várias áreas, para que eles apresentem um planejamento estratégico, com metas de curto, médio e longo prazos, que possam ajudar a desemperrar projetos, além de ampliar o financiamento e os investimentos em infraestrutura.

Ontem, foi a vez dos presidentes do Bradesco, Luiz Trabuco, e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), Rodolpho Tourinho. Com ambos, a exemplo das conversas com empresários da Vale, Odebrecht e Cosan, a presidente discutiu a ampliação do financiamento ao setor

privado e necessidade de manutenção dos empregos, defendeu o aumento da competitividade e até falou dos juros, que precisam continuar caindo. Ouviu promessas de que os investimentos continuarão e todos investirão nos projetos que o governo considera essenciais, como os de infraestrutura.

"Comentamos de uma forma geral aquilo que pode ser feito. Preocupação muito grande é a necessidade de ampliar investimentos, esse país nunca teve o volume de obras que está programado e é preciso ampliar o financiamento do setor privado", disse Tourinho, após o encontro.

Investimento. À tarde, foi a vez do presidente do Grupo Lafarge, Bruno Lafont, empresa líder mundial em materiais de construção, que anunciou que investirá R\$ 1 bilhão nos próximos cinco anos, de olho nas obras de infraestrutura e de construção de casas no País. O investimento, no entanto, representará a metade do que a Lafarge desembolsou nos últimos cinco anos no Brasil, apesar de o empresário ter dito que a empresa acredita e aposta no crescimento do País. "Temos de considerar que fizemos compras muito grandes nos últimos cinco anos e isso não representa diminuição de atividade", explicou o empresário.

Interlocução. A iniciativa de fazer encontros como os de ontem deverá prosseguir, já que outros empresários estão pedindo audiência. Eles querem ampliar o diálogo que consideram mínimo com o governo, principalmente depois que o Conselho de **Desenvolvimento** Econômico e Social - o Conselho - perdeu o prestígio que tinha no governo Lula.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Barbosa rejeita pedido de prisão de Natan Donadon		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente do STF argumentou que defesa pode entrar com recurso; Gurgel queria execução imediata da pena

Carolina Brígido

BRASÍLIA - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, negou ontem o pedido de prisão do deputado Natan Donadon (PMDB-RO). Barbosa concordou com o argumento da defesa de que Donadon, mesmo tendo sido condenado em outubro de 2010 pelo próprio STF, ainda não teve o processo transitado em julgado.

O pedido de execução imediata da pena foi feito pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, na quarta-feira. O parlamentar foi condenado a 13 anos, quatro meses e dez dias de prisão pelos crimes de formação de quadrilha e peculato.

No pedido, o procurador lembrou que o STF negou um recurso proposto pelo réu em dezembro de 2012. Portanto, a pena deveria ser posta em prática. Barbosa argumentou que, para o caso transitar em julgado, é preciso publicar o resultado do julgamento de dezembro, algo que ainda não ocorreu. Após a publicação, a defesa ainda pode entrar com novo recurso à Corte.

"No caso desta ação penal, os embargos de declaração opostos contra a condenação foram minuciosamente examinados pelo plenário, que nada encontrou a modificar no acórdão. Porém, essa decisão ainda não foi publicada", escreveu Barbosa.

O ministro explicou, ainda, que as decisões do STF têm caráter definitivo, ao contrário de decisões de outros tribunais, que podem ser revistas pela instância superior: "Não é possível equiparar uma decisão de mérito proferida pelo

plenário do STF a decisões proferidas por juízos de primeiro grau que, na sequência, venham a ser submetidas a recursos para órgãos de instâncias superiores. As decisões desta Suprema Corte necessariamente encerram o ciclo de tramitação dos processos no interior do sistema jurídico, por determinação Constituinte originário".

Donadon também foi condenado a restituir os cofres públicos de Rondônia em R\$ 1,6 milhão. Ele teria liderado uma quadrilha que desviava recursos da Assembleia Legislativa de Rondônia. Os desvios teriam ocorrido entre 1995 e 1998, num total de R\$ 8,4 milhões. Um dia antes de ser condenado pelo STF, Donadon renunciou ao mandato que exercia. No mesmo ano, concorreu novamente a deputado, foi eleito e tomou posse em 2011. Além de continuar em liberdade, o deputado mantém seu assento na Câmara, porque ainda pode recorrer da sentença.

No pedido de prisão, Gurgel argumentou que o STF negou os embargos de declaração ao réu. Para Gurgel, não haveria possibilidade de outros recursos, tese confrontada pela defesa. Por isso, ele quer o cumprimento imediato da punição imposta em 2010. "Considerando a posição ocupada pelo Supremo Tribunal Federal no ápice do Poder Judiciário nacional, e o fato de o julgamento ter sido realizado pelo plenário, rejeitados os embargos de declaração, não há possibilidade de interposição de qualquer outro recurso", afirmou Gurgel.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma busca empresários para reativar economia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Estratégia do governo é lembrar os fortes benefícios fiscais concedidos ao setor privado no ano passado

BRASÍLIA Depois do baixo crescimento da economia em 2012, a presidente Dilma Rousseff decidiu buscar apoio da elite empresarial para a recuperação da atividade econômica em 2013. Nos últimos dois dias, Dilma se reuniu a portas fechadas com cinco megaempresários dos setores produtivo e financeiro, além de representantes da indústria pesada, para pedir investimentos no país - justamente quando o governo está sob fogo cruzado, em meio a especulações sobre um racionamento de energia e sobre o não cumprimento da promessa de redução da conta de luz em 20%. Segundo uma fonte do Planalto, uma das estratégias é mostrar que, em 2012, o governo foi generoso nos benefícios ao setor privado, com desonerações tributárias que tiveram impacto de R\$ 45 bilhões nos cofres públicos.

Ontem ela se reuniu com o presidente da fábrica de cimento francesa Lafarge, Bruno Lafont, que prometeu investir R\$ 1 bilhão no **Brasil** nos próximos cinco anos e construir, ainda em 2013, um laboratório de pesquisas no país, o quinto do mundo. A cifra representa a metade do destinado ao **Brasil** nos últimos cinco anos, mas ele negou redução de valores:

- É apenas investimento vegetativo, orgânico, para acompanhar o crescimento do **mercado** - disse Lafont, explicando que os recursos se destinam à construção de fábricas e ao aumento da atual capacidade de **produção**.

Mais cedo, Dilma se reuniu com o presidente do Bradesco, Luiz Trabuco, e com o presidente do Sindicato Nacional da Indústria Pesada (Sinicon), Rodolpho Tourinho, que foi ministro de Minas e Energia entre 1999 e 2001.

- O papel da iniciativa privada, hoje, talvez seja mais **importante** do que foi até aqui - afirmou Tourinho. (Cristiane Bonfanti)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Emprego na indústria fica estável em novembro, mas salário avança 7,8% com 1ª parcela do 13º		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Participação nos lucros contribui para aumento da folha, diz IBGE

O emprego na indústria brasileira ficou estável em novembro frente a outubro, informou ontem o IBGE. Na comparação com o mesmo mês de 2011, o total de pessoal ocupado no setor recuou 1% em novembro, o 14º resultado negativo em dez dos 14 locais pesquisados. Quanto aos salários, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria mostrou em novembro um avanço de 7,8% frente a outubro. Já ante o mesmo mês do ano anterior, a alta foi de 10,3%, a maior desde julho de 2010 (10,8%), o que dá continuidade a 34 meses de ganho.

O valor dos salários dos trabalhadores havia avançado 0,4% em outubro e recuado 2,2% em setembro. Tanto o setor extrativo (8,2%) como a indústria de transformação (7,4%) mostraram taxas positivas, influenciados pelo pagamento da primeira parcela do 13º salário e da participação nos lucros e resultados de grandes empresas, informou o IBGE. Houve alta dos salários em 13 dos 14 locais pesquisados: em São Paulo avançou 9,8%; em Norte e Centro-Oeste, 16,6%; e no Rio, 9,6%, por exemplo. O único resultado negativo foi o de Pernambuco, com queda de 2,5%.

Todos os setores registraram crescimento no valor da folha, com destaque para refino de petróleo e **produção** de álcool (19,5%), indústria extrativa (16,5%), alimentos e bebidas (16,1%) e máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (14,2%). O índice acumulado nos 11 meses de 2012 registrou alta de 3,9% frente ao mesmo período do ano anterior, e as taxas foram positivas em todos os 14 locais investigados.

Já o total de pessoal ocupado assalariado, no mesmo índice acumulado em 11 meses, recuou 1,4% frente ao mesmo período do ano anterior. O principal impacto negativo ocorreu na Região Nordeste: 4%. Houve queda em 12 dos 18 setores pesquisados. As maiores perdas foram em **produção** de álcool (21%) e em indústria extrativa (9,7%).

No Rio de Janeiro a queda foi de 2,7%. A indústria fluminense foi pressionada por reduções nos setores de vestuário (18%), alimentos e bebidas (7,6%), papel e gráfica (11,9%), minerais não metálicos (11,5%) e outros produtos da indústria de transformação (11%). São Paulo recuou 0,3%. As maiores quedas foram nos setores têxtil (12,6%) e de vestuário (9,2%).

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Produtores rurais realizam protesto por melhorias em estrada, no AM		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ao todo, 230 produtores dependem do Ramal ZF1 para escoar a produção.

Transporte escolar não consegue transitar no local devido aos buracos.

Do G1 AM

Produtores rurais realizaram um protesto neste sábado (12) reivindicando melhorias em uma estrada que liga áreas produtivas da região à BR-174. Eles estariam tendo prejuízos devido às péssimas condições do ramal.

A manifestação foi realizada por agricultores. Gente que precisa de terra para produzir e da estrada para escoar a produção. O produtor rural Francisco Araújo trabalha há 20 anos no Ramal ZF1. "Se der um chuveiro, ninguém mais sobe ladeira. A dificuldade é muito grande. Alguns produtos estragam", contou.

Passar pelo ramal é quase enfrentar uma prova de rally. Ao todo, 230 produtores rurais dependem do ramal principal para escoar a produção, sem contar os que trabalham nas estradas vicinais. Sem estradas em boas condições, eles não retiram a produção e não pagam os empréstimos. Com isso, ficam inadimplentes e possuem muita dificuldade para manter as famílias aqui. Muitos abandonam o lugar.

O produtor rural Rui Coelho perdeu tudo o que produziu. "Perdi a produção de laranja, o peixe e a produção de macaxeira", disse. Cerca de 30% da produção de laranja do agricultor Raimundo Macena foram parar no lixo. "A estrada quebra carro. Já perdi uma picape e outros produtores perdem o veículo porque não se trata somente de manutenção. Existe um momento em que nem isso adianta mais", explicou.

O ramal em péssimo estado prejudica também as crianças. O filho da produtora Ana Lúcia Lopes não estuda porque o transporte escolar não chega até a casa dela. "Não tem condições, porque o aluno não tem como sair. O ônibus também não consegue entrar por conta dos buracos", afirmou.

Soraia Gomes vai embora do local para não deixar os filhos sem estudar. "O que mais me importa é o estudo. O que não tive quero dar para eles. Vou correr atrás de trabalho", relatou.

A área pertence à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e a assessoria do órgão informou que o atendimento desta solicitação só poderá ser realizado na segunda-feira (14).

	VEÍCULO EXPORT NEWS	EDITORIA
	TÍTULO Plano Nacional da Cultura <u>Exportadora</u> conquista resultados positivos	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O primeiro ano de atividades do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), que faz parte das medidas do Plano Brasil Maior para aumento das exportações brasileiras, atingiu a expectativa da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Foram realizadas, em 24 estados, 254 atividades como cursos de capacitação, oficinas, seminários, consultorias, assessorias técnicas, entre outras. Para cada estado, foram escolhidos setores estratégicos para o comércio exterior e selecionadas ações direcionadas.

“A participação dos estados foi muito boa e deve continuar este ano. Mesmo os que não têm perfil exportador mostraram interesse em aumentar a base exportadora, treinar as equipes técnicas e levar informações aos empresários locais”, avalia a secretária de Comércio Exterior do MDIC, Tatiana Lacerda Prazeres.

Para este ano, as 16 instituições parceiras já prepararam as ofertas de ações que podem realizar nos estados. Após esta etapa, os estados informam quais atividades estão dentro do seu perfil exportador. A Secretaria de Comércio Exterior coordena e acompanha o trabalho. Assim, as informações técnicas voltadas para melhorar as vendas externas de pequenas, médias e grandes empresas chegam aos empresários e aos profissionais de instituições ligadas ao comércio exterior em todo país.

Atividades realizadas

Em 2012, participaram do PNCE: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. Entre as atividades realizadas, estão os treinamentos em exportação básica, feitos pela Suframa e pelo MDIC, em Boa Vista, Roraima; a capacitação para 40 empresários de pequenas e médias empresas da Bahia, feita pelo Sebrae, na oficina “Planejando para Internacionalizar” e os cursos realizados pelo Banco do Brasil (sobre carta de crédito, financiamento, serviço online BB e proteção financeira) para 82 empresas do Espírito Santo.

Ainda foram colocados em prática projetos de capacitação para cooperativas vinculadas às atividades com potencial exportador em 2013, da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), em seis estados, com o objetivo de aumentar a participação do setor nas exportações brasileiras; o seminário “O BNDEx mais perto de você” realizado em Teresina, no Piauí, para 200 pessoas; e a consultoria para certificação de processos e produtos para 60 empresas dos setores têxtil e de confecções e de tecnologia da informação, organizada pelo Senai.

Também fizeram parte das atividades do PNCE, no ano passado, o incentivo à participação em eventos e feiras nacionais e internacionais para exposição de produtos e rodadas de negócios. O MDIC realizou o Encomex Empresarial Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, com mais de 1.300 participantes, e o Encomex Empresarial Vitória, no Espírito Santo, que reuniu mais de 800 pessoas.

Empresários de Alagoas participaram, pela primeira vez, por meio de ações da Apex-Brasil e da CNI, de feiras como a Fispal Food, em São Paulo, Fashion Rio, no Rio de Janeiro, e Canton Fair, na China. Representantes da Bahia integraram a Missão Empresarial a Angola, organizada pela Apex-Brasil; o Mapa realizou, em Rio Verde, Goiás, o 50º Agroex (Seminário de Agronegócio para Exportação) e a CNI levou empresas de Rondônia para a feira Exportcomer, no Panamá, Expoalimentaria, no Peru, e Expocruz, na Bolívia.

Outro passo importante para a implementação do PNCE, em 2012, foi a criação do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) que permitirá o acompanhamento e a avaliação online das ações realizadas nos estados. Após a implementação do sistema, desenvolvido pela área técnica do MDIC em 2012, terá início, em 2013, a capacitação dos técnicos dos estados que alimentarão o sistema com as informações regionais, trabalho que era feito pela Secex, em Brasília.

Brasil Maior

O PNCE integra o Plano Brasil Maior, dentro da meta de diversificar as exportações brasileiras, ampliando a participação do país no comércio internacional. O trabalho é feito em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de

Exportações e Investimentos (Apex-Brasil); a Agência Brasileira do **Desenvolvimento** Industrial (ABDI); o Banco da **Amazônia**; o Banco do Brasil; o Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**); o Banco **Regional** de **Desenvolvimento** do Extremo Sul (BRDE); a Caixa Econômica Federal; a Confederação Nacional da Indústria (CNI); os Correios; o **Ministério** da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); o **Ministério** das Relações Exteriores (MRE); a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); o Sebrae; o Senac; e o Senai; e com a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**.

Lançado em 2012 e com ações previstas até 2015, o Plano Nacional da Cultura **Exportadora** coordena e promove

ações de **desenvolvimento** e difusão de ações ligadas à cultura **exportadora** nas Unidades da Federação, por meio das quais mobiliza e capacita gestores públicos, empresários de pequeno e médio portes e profissionais de **comércio** exterior para aumentar e qualificar a pauta de produtos destinados ao **mercado** externo. Os eixos de atuação do plano são a cultura **exportadora**; a inteligência comercial e competitiva; o ambiente de negócios; a diversificação e a qualificação da pauta **exportadora**; e a promoção comercial.

Fonte: **MDIC**

	VEÍCULO TELETIME	EDITORIA	
	TÍTULO Telebras e <u>Suframa</u> firmam parceria para Copa e PNBL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira, 10, o extrato do Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Telebras e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para a implementação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e da infraestrutura de telecomunicações necessária à realização da Copa do Mundo de 2014, em Manaus.

Essa ação faz parte do projeto da Região Norte, considerado estratégico pelo Governo Federal a fim de implementar o PNBL. Várias ações com esse objetivo foram realizadas pela Telebras, como a assinatura de termos de Cooperação Técnica com a Empresa de Processamento de Dados do Pará (Prodepa), em março do ano passado, com o

Governo do Amapá, em junho do ano passado, com a Empresa de Processamento de Dados Amazonas S/A (Prodam), Rede Amazônica e o Governo de Rondônia, em agosto de 2012.

Além disso, a estatal assinou em 10 de outubro de 2012 um Memorando de Entendimento para utilizar um par de fibras óticas de 2,2 mil km da TIM no trecho entre Tucuruí/AP – Macapá/AP – Manaus/AM, o que irá prover a capital do Amazonas da infraestrutura de telecomunicações necessária para a realização da Copa do Mundo de 2014.

	VEÍCULO MT CENÁRIO	EDITORIA	
	TÍTULO Senado vai votar MP que transforma a Telebras em prestadora oficial de serviços de telecomunicações na Copa		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Deve começar a tramitar em breve no Congresso Nacional a Medida Provisória 600/12, que permite à União a dispensa de licitação para contratação da Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebras) como empresa oficial para a prestação dos serviços de telecomunicação durante a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e a Jornada Mundial da Juventude de 2013.

O texto, que aguarda leitura na Mesa do Senado, modifica a Lei 12.096/2012, que trata das medidas relativas à realização desses eventos no Brasil, para permitir que a União disponibilize, através de instrumento próprio, os serviços de telecomunicação necessários para a realização dos eventos.

De acordo com a exposição de motivos da MP, logo após a escolha do Brasil, em 2007, para sediar os eventos esportivos da FIFA, o governo brasileiro comprometeu-se a garantir a disponibilidade, sem custo para a entidade ou para os seus usuários, de infraestrutura de telecomunicações, incluindo toda a rede necessária (sem fio e fixa), todos os equipamentos de rede necessários, todos os codecs necessários e todas as comunicações de telefone, dados, áudio e vídeo, nacionais e internacionais, para as competições e eventos auxiliares.

A escolha da Telebrás se justifica por ser a empresa o braço operacional do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), estabelecido pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010. "Como a infraestrutura a ser construída para o PNBL abrange todas as cidades escolhidas como sede para os eventos da FIFA, decidiu-se por usar o backbone [rede central de transporte de dados] da Telebras para a prestação dos serviços de telecomunicações, em função da possibilidade de economia de recursos financeiros e em função da sinergia dos investimentos".

Ainda de acordo com o texto, o Plano de Ações da Telebras para a Copa do Mundo de 2014 envolve a utilização do backbone do PNBL e a construção de redes metropolitanas, e está orçado em cerca de R\$ 200 milhões. O governo informa que as redes metropolitanas das cidades sede da Copa das Confederações encontram-se

aproximadamente 62% concluídas, enquanto o backbone para a mesma competição encontra-se com nível de conclusão em torno de 56%.

Investimentos em aeroportos

A MP 600/2012 também determina que os recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), criado pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, destinados à construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos possam ser geridos pelo Banco do Brasil.

Para tanto, o texto prevê a transferência dos recursos do FNAC àquele banco, que fica, dessa forma, responsável pela contratação de obras e serviços de engenharia, aquisição de bens, bem como outros serviços técnicos especializados necessários à execução dos investimentos. O BB e suas subsidiárias ficam autorizados a lançar mão, na execução desses procedimentos, do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

A medida altera, ainda, a natureza do FNAC, que é contábil, para contábil e financeira. Essa mudança permite a gestão de parte dos recursos do fundo pelo Banco do Brasil fora da Conta Única do Tesouro Nacional. Aqueles recursos do fundo que não sejam destinados às finalidades previstas nessa medida permanecerão na Conta Única.

De acordo com a exposição de motivos do governo, a medida vai melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária e ampliar a oferta de transporte aéreo à população brasileira, além de fortalecer e expandir a aviação regional. "O objetivo é que 96% da população brasileira esteja a menos de 100 km de distância de um aeroporto apto ao recebimento de vôos regulares", diz o texto.

Estão previstos investimentos de R\$ 7,3 bilhões para expansão da aviação regional, também inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Numa primeira etapa, seriam contemplados 270 aeroportos dessa categoria.

Programa Emergencial de Reconstrução

O Programa Emergencial de Reconstrução (PER), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES), voltado a municípios atingidos por desastres naturais, teve sua linha de crédito prorrogada, para abranger operações contratadas até 31 de dezembro de 2013.

A MP altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, que previa o encerramento do prazo no dia 31 de dezembro de 2012. As operações de financiamento englobadas são as destinadas a capital de giro e investimento de sociedades empresariais, cooperativas, empresários individuais e produtores rurais.

Os municípios beneficiados devem ter situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo.

Como foi editada em 28 de dezembro, já no período de recesso parlamentar, a MP só começa a tramitar em fevereiro, embora já esteja valendo. Passará, primeiro, por análise de uma comissão mista formada por senadores e deputados. Em seguida, será votada pela Câmara e depois pelo Senado.